

Apresentação do Dossiê

Forças Armadas, Estado e Sociedade no Brasil: democracia frente a militarismos e militarizações

THIAGO RODRIGUES
EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS
MARIANA KALIL

A presença e influência das forças armadas brasileiras no governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) fizeram reemergir antigas preocupações e pautaram parte das inquietações sobre o papel dos militares nos destinos da república. Com isso, a reflexão sobre as “Forças Armadas, Estado e Sociedade no Brasil” — tema caro e fundador da área de Estudos da Defesa no país, nos anos 1980 — voltou a se revestir de importância quando muitos já a pensavam superada ou, pelo menos, equacionada. Assim, um dossiê como este que a *Revista Brasileira de Estudos da Defesa* traz a público torna-se preocupantemente atual e necessário, tanto do ponto de vista analítico quanto político.

A percepção de que o controle civil sobre os militares estaria bem encaminhado no Brasil, principalmente após os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003) e Luís Inácio Lula da Silva (2003–2011),

Thiago Rodrigues é professor associado ao Instituto de Estudos Estratégicos (Inest) da Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutor em Ciência Política (Relações Internacionais) pela PUC-SP, com estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle (Paris III). Coordenador do grupo de pesquisa Segurança e Democracia nas Américas (SeDeAmericas) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF). É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (Nível 2). [Orcid.org/0000-0002-0962-0391](https://orcid.org/0000-0002-0962-0391). E-mail: trodrigues@id.uff.br.

Eduardo Heleno de Jesus Santos é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense e professor de Teoria Política dos Estudos Estratégicos do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos do Inest-UFF. Líder do grupo de pesquisa Democracia, Forças Armadas, Estado e Sociedade (CNPQ). Conta com apoio da FAPERJ (APQ1) no projeto de pesquisa Forças Armadas — entre o ativismo político e a profissionalização. Coordena o GT Forças Armadas, Estado e Sociedade da Anpocs. [Orcid.org/0000-0001-5897-9168](https://orcid.org/0000-0001-5897-9168). E-mail: eduhelena@gmail.com.

Mariana Kalil é Professora da Escola Superior de Guerra (ESG) do Ministério da Defesa do Brasil na cadeira de Geopolítica, atuando no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID), no Curso Especial de Preparação para Oficiais-Generais (Cepog) e no do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (Caep). É pesquisadora da Divisão de Geopolítica e Relações Internacionais (Dagri/ESG) e Co-coordenadora do grupo de pesquisa Segurança e Democracia nas Américas (SeDeAmericas). É parte da Força-Tarefa para Diversificação dos Estudos de Segurança da International Security Studies Section (ISSS), International Studies Association (ISA). É doutora (2014–2017) em Relações Internacionais, na Área de Concentração de História das Relações Internacionais do Brasil, no Instituto de Relações Internacionais (Irel) da Universidade de Brasília (UnB). [Orcid.org/0000-0003-1302-8339](https://orcid.org/0000-0003-1302-8339). E-mail: marianakalil@gmail.com.

gerou um ambiente de maior confiança na normalização das relações entre poder civil e os militares num contexto de consolidação democrática. Tal expectativa não era desprezível, dado o histórico de intenso intervencionismo dos militares na política nacional, desde a própria fundação da república, no século XIX, até a última ditadura civil-militar (1964-1985). No entanto, como se sabe, a história não é linear, tampouco desprovida de contradições. Ela é, ao contrário, forjada no seu calor. Desse modo, o que poderia parecer assunto superado, nunca o foi.

As relações aparentemente cordiais e até convergentes entre as forças armadas e o projeto da diplomacia ativa e ativa dos governos Lula 1 e 2 demonstraram ser um interregno marcado por interesses corporativos e cautela tática entre militares que ganharam recursos financeiros, oportunidades de carreira e experiências internacionais, com destaque para a liderança militar da Missão para a Estabilização do Haiti (Minustah), iniciada em 2004, ainda no primeiro mandato de Lula. Após o final do governo Lula, a chegada de Dilma Rousseff à presidência, em 2011, passou a remover o que se mostrou uma fina camada de “relações normalizadas”.

Desde as patentes mais baixas até o alto oficialato, incluindo oficiais influentes já na reserva, a chegada ao Planalto de uma mulher ex-guerrilheira e de fortes convicções políticas foi vista por alguns setores militares com desconfiança. Parte dessa associação à imagem de Rousseff foi estimulada pelos civis, que ampliaram a polarização política e parte por militares, em especial da reserva, por receio de revanchismo. A instauração da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, mesmo sem alterar os termos da Lei da Anistia de 1979, foi combustível que inflamou os ânimos temporariamente aplacados.

Se a tendência fosse mesmo a de subordinação dos militares à autoridade civil, nos moldes institucionais das democracias ditas “consolidadas”, como explicar o retrocesso ocorrido a partir dos mandatos de Dilma Rousseff? Um começo de resposta para essa questão crucial — ao menos em termos metodológicos — já havia sido explorado por René Dreifuss que, ainda em 1986, ao abordar as tendências dentro das forças armadas na redemocratização, via a necessidade de compreender “os dissensos político-ideológicos de cunho horizontal e vertical que se verificam nas três armas, assim como as diferenças funcionais entre os vários órgãos que compõem o sistema militar” (Dreifuss 1986, 1) Neste sentido, o propósito de um controle civil sobre as forças armadas nunca deixou de ser visto de forma transversal às forças, seja em parcelas do alto comando, seja na reserva, como revanchismo e ameaça de “esquerdização”, “desordem” ou outro “perigo” de descaminho da “ordem e progresso” nos moldes tradi-

cionalistas desenhado pelos civis e militares entranhados pela lógica da doutrina de Segurança Nacional.

O embate sobre como ficariam as competências e poderes das forças armadas durante o processo que resultou na Constituição de 1988 já anunciava que não seria simples a superação de um modelo jurídico-político e de uma hegemonia disseminada na sociedade civil que reputava às forças armadas um papel de defensora da pátria e de garantidora de uma ordem socioeconômica liberal, centrada em desigualdades profundas. Uma das ferramentas utilizadas pelo governo e pelos militares para aplacar os movimentos progressistas na Constituinte foi ativar a parcela fisiológica do Congresso, que passou a ser conhecida como Centrão. Se, por um lado, a manobra agradou os anseios dos setores mais conservadores da cúpula militar, por outro manteve o que José Murilo de Carvalho (2019) denomina como armadilha, na qual a ausência de uma democracia incluyente, uma economia forte e uma República efetiva alimentam a tutela militar.

A equação que produz o controle civil não tem como única variável o militar. Dialogando com a geração que nos anos 1980 refletiu o controle civil na Constituinte, retomamos a preocupação de Eliézer Rizzo de Oliveira (1987, 146), para quem “não devemos fechar os olhos para os riscos que corre a construção do regime democrático, seja em função de fenômenos militares de natureza mais durável, seja pelo despreparo [...] dos políticos em relação às casernas”. Este despreparo é agravado pelo fato de que os militares brasileiros deixaram o governo em 1984, mas não a política, como asseverou Eurico de Lima Figueiredo (1984).

A documentação e os estudos hoje disponíveis comprovam como foram tensos os anos entre a eleição indireta de Tancredo Neves (1985) e as primeiras eleições diretas para presidente desde 1960, realizada apenas em 1989. Entre pressões do alto escalão militar para que o sistema de segurança interno montado durante o regime autoritário fosse mantido e as demandas para que uma nova lógica de segurança cidadã fosse implementada, sobraram resultados como o Art 142 da Constituição Federal que, até os dias atuais, motiva apologistas da intervenção militar na política nacional a pleitear um suposto “poder moderador” das forças armadas (Hunter 1997, Kenkel 2010). Que o Supremo Tribunal Federal tenha sido acionado para julgar que tal poder não existe — em decisão em abril de 2024 — já é indício de que nada pode ser considerado dado e resolvido no campo das relações civil-militares no Brasil.

A mencionada participação protagônica dos militares brasileiros na Minustah chegou a ser compreendida como uma equalização das funções das forças armadas num campo mais afeito à sua missão precípua, ou seja, à atuação “para fora” do território nacional. Naqueles anos, o aquecimen-

to das pretensões internacionais do Brasil reforçaram o pleito nacional por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, enquanto avançou para consolidar o país como um líder do Sul Global capaz de fazer as mediações e articulações necessárias entre o Norte Global, o capitalismo neoliberal global e certas demandas sociais urgentes nos campos da fome e do acesso aos direitos humanos básicos como educação, saúde e moradia. As forças armadas teriam, então, papéis a cumprir como parceiras na projeção internacional do Brasil, agindo em operações de paz de novo tipo, como a Minustah, que tinham como objetivo não apenas facilitar a saída de um conflito armado, mas a própria reconstituição (ou constituição) de sociedades inteiras (Pereira 2021, Mariano 2016).

No entanto, logo surgiram as primeiras leituras críticas sobre como o engajamento exterior das forças armadas no Haiti repercutiram no crescente emprego de militares em missões de ocupação de favelas vinculadas a projetos de “pacificação”. Desse modo, a destinação externa do vetor militar, comum em democracias, paralelamente conviveu com a ampliação de operações internas, as operações de “garantia da lei da ordem”, em especial no governo de Dilma Rousseff, no âmbito dos grandes eventos sediados pelo país, a saber, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Se havia um impulso em torno da profissionalização, corria em paralelo a polarização da sociedade brasileira e a politização dos fardados.

O emprego de militares no campo da segurança pública, em especial no Rio de Janeiro, tornou-se não apenas frequente como atualizou para o papel auto-atribuído das forças armadas — mas também a elas reputado por parte da sociedade — como salvadoras da pátria acima das disputas partidárias e do mundo da política, tido como maculado pela corrupção e pelos interesses “não-patrióticos”. Esse reavivar das forças armadas como corporação redentora dialeticamente potencializou e foi potencializada pelo ardor dos novos paladinos da moral representados pelo lava-jatismo e pela difusão da versão brasileira do crescimento da nova ultradireita, nacionalista e “antipolítica”.

Essa antipolítica se manifestou na rejeição de muitos militares às medidas sanitárias durante a pandemia de Covid-19, a disseminação de *fake news*, a defesa passional da liderança política, elementos que se conectam a uma característica apontada quatro décadas antes por Walder de Goés (1983, 3), ancorado nos estudos de Clifford Geertz: a existência de um sistema simbólico nas corporações militares que “ademais de fornecer a seus membros uma visão de mundo homogeneizante, é altamente emocionalizado, isto é, estende-se da razão para o plano das emoções”.

Com isso, a contradição do processo histórico-político entrou em cena, com militares de destaque nas atribuições conferidas durante os governos

petistas — como os generais Vilas Bôas e Augusto Heleno — assumindo protagonismo na nova fase de intervencionismo desinibido dos militares na política, que teve como ápice a projeção de Jair Bolsonaro como líder da radicalização de direita no país. Dessa maneira, o petismo, que apoiou a política de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro e a presença militar na segurança pública, acabou por facilitar a formação de um amálgama pernicioso entre grupos de extrema direita, os militares da ativa e da reserva e os agentes da polícia. A presença das Forças Armadas em comunidades, que em casos de profunda gravidade deveria ser pontual e episódica, foi naturalizada. Em 2018, sob o mandato de Michel Temer, dois Estados da Federação, Rio de Janeiro e em Roraima, sofreram intervenção federal.

Com a eleição de Bolsonaro, acelerou-se não somente o processo de militarização da burocracia, iniciado no governo Temer, como também a militarização da política e da sociedade. Estes fenômenos, já ocorridos em nossa história republicana e mapeados em diferentes trabalhos por Barros (1976), Brigagão (1985) e Alves (2003), renovaram a tutela militar a partir de novos elementos. O mito da eficiência técnica das forças armadas foi recondicionado em fortes tonalidades, chegando a um ponto culminante com a gestão polêmica do general Pazuello no Ministério da Saúde, o primeiro militar a ocupar a pasta, no auge da pandemia de Covid-19.

A intensificação da relevância política e da força econômica das forças armadas no Brasil é o indício não apenas da “militarização” da máquina pública, mas também de um fenômeno que autores como Vagts (1967), Diamint (2015) e Hoecker (2023) qualificam como “militarismo”. Trata-se de um processo mais profundo e extenso que inclui a difusão de práticas de cunho militarizado entre atores variados da sociedade civil: a militarização da educação de jovens, a disseminação de “valores bélicos” e de práticas inspiradas em táticas ou modelos militares, o apoio da cidadania a candidaturas que defendem a ação letal de polícias ou das forças armadas contra o “crime”, entre outros elementos. O militarismo vai na contramão da profissionalização, distorcendo o senso de missão militar.

O retorno dos militares ao noticiário político também vincula-se ao crescimento da extrema-direita, um fenômeno não somente local, mas global. Os eventos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 representam o clímax da manipulação política por grupos bolsonaristas, com direta presença da simbologia e de membros das forças armadas. A campanha de desinformação envolveu civis e militares e poderia ter resultado, se bem sucedida, em algo muito pior que as vexatórias cenas de destruição na capital federal. Mesmo fracassando em seu intento, o bolsonarismo lançou seu maior ataque à Nova República e as instituições democráticas dela derivadas. Seus efeitos também atingiram as Forças Armadas.

O imbricamento entre o populismo reacionarista, militarismo e neoliberalismo distorceu nos fardados o senso republicano, o compromisso com a democracia e o respeito às instituições. Ancorados na internet, subverteram a hierarquia e a disciplina. As investigações em curso no Supremo Tribunal Federal, no Ministério Público, na Polícia Federal e no Congresso têm revelado a adesão de militares à tentação golpista, por meio da participação no que ficou chamado como o Gabinete do Ódio, uma verdadeira milícia digital, e em outros esquemas ilícitos promovidos por Bolsonaro e sua *entourage*.

O Brasil de hoje enfrenta desafios no que diz respeito às relações entre as forças armadas, o Estado e a sociedade civil que se relacionam à herança de intervencionismo militar na história republicana nacional, mas agrega novos elementos que expressam dinâmicas políticas, econômicas e sociais brasileiras e, também, internacionais.

Buscamos, assim, como esse dossiê, contribuir para a atualização dos debates sobre o tema “Forças Armadas, Estado e Sociedade” a partir de um conjunto de reflexões críticas que abordam processos diversos, mas complementares, de militarização e de militarismo no Brasil contemporâneo. Consideramos essa reflexão fundamental para o fortalecimento da democracia no Brasil, com respeito ao Estado de Direito e com a capacitação profissional de Forças Armadas que correspondam às imensas demandas pela defesa da pátria e de seus recursos naturais, sempre com respeito à ordem constitucional.

REFERÊNCIAS

- Alves, S. K. 2003. *A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990*. São Paulo: Ed. Unesp.
- Barros, A. S. C. 1978. *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*. University of Chicago.
- Brigagão, C. 1985. *A militarização da sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Carvalho, J. M. 2019. *Forças Armadas e Política no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- Diamint, R. (2015) “A New Militarism in Latin America”. *Journal of Democracy* 26, no. 4: 155-68.
- Dreifuss, R. A. 1986. “A (ilógica) Lógica das Armas ou *Il Gattopardo Militar*”. X Encontro Anual da Anpocs, GT Forças Armadas, Estado e Sociedade. *Anais*. Caxambu.

Figueiredo, E. L. 1984. “Sucesso e Frustração do Poder Militar”. *Jornal do Brasil* (Abr.).

Goés, W. 1983. “O novo papel político das Forças Armadas do Brasil”. *VII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências, GT Elites Políticas.*, Águas de São Pedro.

Hoecker, M. R. 2023. “Militarización, emergencia del militarismo civil y erosión democrática en América Latina”. In *Militarización, militarismo y democracia: ¿nuevas tendencias en América Latina?*, edited by M. R. Hoecker and F. J. Verdes-Montenegro: 21–62.. Madrid: Fundación Corolina.

Hunter, Wendy. 1997. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Jenne, N., and Martínez. 2022. “Domestic military missions in Latin America: Civil-military relations and the perpetuation of democratic deficits”. *European Journal of International Security* 7: 58–83.

Kenkel, K. M. 2010. “South America’s Emerging Power: Brazil as Peacekeeper”. *International Peacekeeping* 17, no. 5: 644–61.

Mariano, Vinicius. 2016. “Defense diplomacy and its potential for Brazil”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, 22, no. 3, 503–16.

Oliveira, E. R. 1987. “Constituinte, Forças Armadas e Autonomia Militar”. In *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, edited by E. R. Oliveira et al. Espaço e Tempo.

Pereira, Eduardo S. 2021. *Diplomacia de Defesa: instrumento de política externa*. Curitiba: Appris.

Vagts, A. 1967. *A history of Militarism*. New York, The Free Press.